Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

‘Da mata bruta’ aos montes cobertos por cafeeiros, canaviais e pastagens: traços da História Ambiental de Cambuci e do Noroeste Fluminense (1861-1920)

From the raw forests to hills covered by coffee trees, sugarcane plantations and pastures: traces of Environmental History of Cambuci and Northwest Fluminense (1861-1920)

Gabriel Almeida Frazão[1]
Regis Rodrigues de Almeida[2]

Resumo
O trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica da estruturação produtiva do município de Cambuci, em seu contexto regional, o Noroeste Fluminense, da segunda metade do século XIX até 1920. Tomando a História Ambiental como fio condutor, analisa-se o papel da cana-de-açúcar, do café e da pecuária na configuração territorial dessa região, com base em dados censitários e em informações do jornal *Almanak Laemmert*. A partir daí, busca-se compreender os impactos econômicos, ambientais e sociais dessas práticas agropecuárias e sua estreita relação com a malha ferroviária que ali se constituiu e também contribuiu para o desenvolvimento local. Tudo isso à custa de um passivo ambiental elevado, marcado, atualmente, na paisagem da região.
Palavras-chave: História Ambiental; Noroeste Fluminense; Cambuci; café; cana-de-açúcar; pecuária; paisagem.

Abstract
This academic work aims to analyze the dynamics of the productive structuring of the municipality of Cambuci, in its regional context, the Northwest Fluminense, from the second half of the nineteenth century to the 1920s. Taking Environmental History as a common thread, the role of sugarcane, coffee and cattle farming in the territorial configuration of this region is analyzed, based on census data and information from the *Almanaque Laemmert* newspaper. From that point on, we sought to understand the economic, environmental and social impacts of these farming practices and their close relationship with the railway network that was formed and contributed to local development. All this at the expense of a high environmental liability, currently marked in the region's landscape.
Keywords: Environmental History; Northwest Fluminense; Cambuci; coffee; sugarcane; cattle farming; landscape.

Citação sugerida
FRAZÃO, Gabriel Almeida; ALMEIDA, Regis Rodrigues de. ‘Da mata bruta’ aos montes cobertos por cafeeiros, canaviais e pastagens: traços da História Ambiental de Cambuci e do Noroeste Fluminense (1861-1920). Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-31, e020006, jan./dez. 2020.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Submissão:
11 jun. 2020

Aceite:
03 ago. 2020

Publicação:
14 out. 2020

[1]Instituto Federal Fluminense, Campus Avançado Cambuci, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: gabrielfrazao@yahoo.com.br.
[2]Instituto Federal Fluminense, Campus Avançado Cambuci, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: regis.almeida@iff.edu.br.

Introdução

Este trabalho abordará aspectos da História Agrária e Ambiental do município de Cambuci, inserindo-o na dinâmica regional do Noroeste Fluminese – NOF. Marinho (2017) defende a existência de três eixos históricos em sua análise sobre o NOF. O primeiro se refere ao momento de ocupação do território pelas tribos indígenas, em um contexto no qual as autoridades régias proibiam a circulação nos chamados "sertões" de Macacu e/ou de Campos (ERTHAL, 2008; PENHA, 2015). O segundo se atém ao período em que aquelas terras foram pensadas como fronteira agrícola da Baixada Campista. Abarcando meados do século XIX até os anos noventa do século XX, a autora destaca a ascensão econômica vivenciada pelo NOF devido aos cafezais — auge em 1920 — e, nas décadas seguintes, às produções de derivados do leite (1970) e de tomate (1990). Nessas sete décadas, ela identifica a destruição ambiental causada, principalmente, pelo café, manejado de forma imprópria às características de terrenos predominantemente acidentados. Por fim, o terceiro é caracterizado por meio das políticas públicas dos anos 1990[3], que salientavam a vocação agroalimentar da área. A necessidade de se pensar formas de auxiliar os produtores locais era justificada pela percepção de que o território era carente de investimentos econômicos e sociais.

A partir dessa perspectiva, analisar-se-ão, mais especificamente, os momentos de introdução e de expansão da cafeicultura, em Cambuci e região, da segunda metade do século XIX até 1920, ou seja, em um período que envolve o primeiro e parte do segundo eixos definidos pela autora. A priorização desse município se deve ao fato de que, apesar de ter sido o terceiro maior produtor de café do estado nos anos 1920, não foram encontrados, até o momento, estudos históricos e geográficos acadêmicos sistematizados sobre ele[4]. Entende-se que, por meio de tal recorte, será possível examinar o papel da rubiácea no desenvolvimento regional, e o impacto do seu manejo na vegetação e no solo local. Contudo, apesar de se reconhecer o destaque desse cultivo, defende-se que ele deve ser compreendido ao lado de outras duas práticas que também foram responsáveis pela ocupação daquele território: a cana-de-açúcar e a pecuária. Cabe destacar que os três elementos são historicamente considerados importantes pela municipalidade, sendo presentes nas falas dos habitantes locais e no brasão da cidade (AZEVEDO, 2004).

Assim, pretende-se estudar Cambuci em um contexto mais amplo, no qual se entende a dimensão regional não somente como uma diferenciação de

[3]Na década de 1990, conforme a autora, as prefeituras municipais dos municípios do NOF se articularam e se organizaram para pensar novos projetos de desenvolvimento à região. Por meio de um discurso metonímico, o de *região pobre, estagnação econômica*, e, ao mesmo tempo, uma marginalização do termo *agricultura familiar*, o objetivo foi de conseguir verbas públicas federais, especialmente na esteira do programa recém-criado Pronaf. Outro aspecto importante refere-se aos projetos de desenvolvimento estaduais criados na supracitada década, em que o NOF aparece como potencialidade e "vocação" agropecuária e agroindustrial, segundo estudo promovido pela Firjan (1998).

[4]Refere-se aqui aos vários estudos e debates realizados no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre as Ruralidades Fluminenses (Nuperf)/CNPq/IFF.

áreas, delimitando-se um espaço mais ou menos homogêneo com características que lhe são inerentes, mas, também, pensando as redes e fluxos que caracterizam esse arranjo local. O NOF, independente do momento histórico tratado, será considerado a porção territorial dos municípios que o compõe atualmente. Essa estratégia metodológica reside no fato de que na adoção de análises, em especial que envolvam informações estatísticas, como coloca Arrais (2013), há de se ter em contexto os diferentes modos de agregação estatística, frutos tanto da forma de divisão administrativa quanto da regionalização adotada historicamente[5]. Objetivando, portanto, compreender melhor as redes de trocas regionais, incluir-se-ão, no exame, os munícipios de Campos e São Fidélis, que não pertencem ao NOF[6].

Para a construção deste estudo, foram utilizadas várias fontes, dentre as quais cabe destacar o *Almanak Laemmert*[7] e vários Censos produzidos pelo governo brasileiro. Por meio deles foi possível discutir, à luz de uma bibliografia referente ao NOF e à História Ambiental, o processo de ocupação e exploração regional de 1861 a 1920, sistematizado aqui em cinco seções, cujos debates se centrarão: (i) no impacto ambiental das monoculturas no NOF; (ii) no processo de ocupação territorial de Cambuci e região; na análise mais específica sobre (iii) os papéis da cana, (iv) do café e (v) da pastagem no desenvolvimento regional e na destruição das matas até então ali existentes.

A ocupação do território fluminense pelos europeus: técnicas de cultivo e destruição da mata e do solo

A História Ambiental, área do conhecimento surgido nas últimas décadas do século passado, vem destacando o impacto da ocupação europeia sobre os povos, a fauna e a flora do Continente Americano. Partindo de um pressuposto de análise multidisciplinar, ela defende o estudo das formas pelas quais as sociedades, ao longo dos tempos, adaptaram-se aos ecossistemas e, também, modificaram-nos, de acordo com as suas necessidades e com os recursos tecnológicos existentes (MURAT; FISCHER, 2020). Esse campo de pesquisa pode, assim, ser definido como "el estudio de las interacciones entre sociedades humanas y el medio natural a lo largo del tiempo, y de las consecuencias que de ellas se derivan para ambos" (ALIMONDA, 2011, p. 32).

[5]Tomando-se como exemplo o Censo de 1872, quando o Rio de Janeiro era uma província, os dados estão agregados por paróquias; em 1920, por estados e municípios; em 1960, por zonas fisiográficas; em 1970, tem-se a existência de microrregiões; no Censo Agropecuário de 1975, surge também a mesorregião e, desde então, tem-se micro e mesorregiões.

[6]Os municípios atuais do NOF, em algum momento histórico, pertenceram, territorial ou administrativamente, a Campos ou a São Fidélis, conforme será melhor elucidado nas páginas seguintes. E, por tal motivo, é imprescindível pensar ambas as municipalidades em nossa análise.

[7]O Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, conhecido como Almanak Laemmert, era um periódico publicado anualmente entre os anos de 1844 a 1889. Sua edição e publicação eram financiadas pelos próprios assinantes e tinham como objetivo listar os grupos mais abastados e poderosos de cada município do Rio de Janeiro. Ele tem sido utilizado, pela historiografia, como fonte para o entendimento dos grupos mais abastados da sociedade brasileira do século XIX (MACHADO, 2011).

Segundo Alimonda (2011), a história latino-americana tem como uma de suas marcas a destruição, ao longo de cinco séculos, de ecossistemas inteiros. A introdução de monoculturas destinadas à comercialização teve efeitos terríveis não somente sobre a flora e a fauna, mas também para os humanos que habitavam a América. Nesse processo, muitos povos que tinham outras formas de entender a natureza foram praticamente, ou totalmente, dizimados. Outros sobreviveram, sendo, de alguma forma, "incorporados" (explorados) à lógica mercantil do colonizador. E, em outras situações, os ecossistemas originários se viram alterados pela incorporação de espécies europeias, como é o caso do gado vacum entre os índios pampas.

No final da década de oitenta do século passado, Alfred Crosby analisou o processo de colonização europeia sob tal ponto de vista. Para o autor, a capacidade de adaptação dos animais e das plantas trazidas pelos europeus para o "novo mundo" foi importante para o sucesso dos invasores. Os capins e outras forragens se espalhavam pelo solo devastado — após queimadas e derrubada de matas — com mais facilidade do que muitas das vegetações conhecidas pelos povos americanos. Os animais chegados à América necessitavam de pastagens que crescessem rapidamente, o que reforçava a implantação daquelas ervas, em detrimento das pastagens nativas. Esses elementos, juntamente com as doenças, são entendidos como uma "biota portátil" que, assim como as armas e outras ferramentas, permitiram aos invasores dominar os povos locais (CROSBY, 2011).

Desde a chegada dos europeus ao Brasil, a derrubada das matas foi uma prática constante. O pequeno percentual da Mata Atlântica atualmente existente no estado do Rio de Janeiro (ERJ), de 29,6% no ano de 2018[8], deve-se ao longo período de extração e exploração, iniciado na colônia. A madeira era utilizada para várias construções, inclusive a dos navios (naus/caravelas) fundamentais ao comércio luso. A Coroa portuguesa criou várias leis para regulamentar o corte de algumas árvores, as "chamadas madeiras de lei". Contudo, a fluidez das espécies listadas em vários documentos, a incapacidade de fiscalização e os muitos interesses dos proprietários e dos agentes da lei não permitiram evitar os cortes das plantas que o rei queria "preservar" para seu próprio uso. O que se nota, então, desde os tempos coloniais, é a existência de grande número de profissionais que aliavam as atividades agrícolas às de extração e de produção de artefatos de madeira (CABRAL; CESCO, 2007; LIMA, 2009).

Segundo Drummond (1997), a história do ERJ pode ser contada por meio da análise da exploração exaustiva do seu território. Tal processo, marcado pela destruição de matas e exploração de solos agrícolas, está quase sempre associado à decadência de grandes e pequenas civilizações. Esse é o pressuposto que orientará a análise dos métodos produtivos introduzidos no NOF, desde o final do século XVII, em grande parte decorrente do avanço da

[8]Fonte: Projeto MapBiomas – Coleção 4.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 16 de maio de 2020, através do link: https://mapbiomas.org/.

cana-de-açúcar. Contudo, antes disso, a região era marcada pela presença indígena que, em menor medida, também impactava o meio natural.

As sociedades indígenas, como quaisquer outras, interferiam na natureza, principalmente com suas práticas agrícolas. Eles utilizavam a técnica da *coivara*, que consiste na queima da vegetação (mata) para o início do plantio, algo que foi rapidamente incorporado pelo colonizador europeu e que causou grande prejuízo ambiental. A densidade demográfica das tribos indígenas, o seminomadismo, a grande extensão territorial controlada pelas aldeias e a ausência de ferramentas de controle de vegetações invasoras faziam com que as áreas queimadas fossem utilizadas por poucos anos (duas a cinco colheitas) e ficassem em repouso por um longo período (vinte anos). Além do mais, a disponibilidade de frutas e animais utilizados na dieta alimentar fazia com que uma aldeia precisasse de cerca de vinte quilômetros quadrados de terra para o plantio de mandioca, abóbora, amendoim e outros cultivares. Tudo isso possibilitava que o solo recuperasse sua fertilidade e seus nutrientes, bem como a formação de uma nova biomassa de vegetação secundária, que, ao ser queimada novamente, fertilizá-lo-ia, dando reinício ao ciclo de plantio (DRUMMOND, 1997).

Os colonizadores europeus, ao produzirem para o mercado internacional, intensificaram o uso da técnica, derrubando matas, cultivando plantas exógenas e, muitas vezes, mais resistentes ao fogo do que as nativas (DEAN, 2007; DRUMMOND, 1997). A repetição desenfreada do processo, sem repouso das áreas, gerou sérios problemas ambientais, como a incapacidade de recuperação das matas, o empobrecimento e a erosão do solo. Cabe lembrar que, ao contrário dos indígenas, os europeus possuíam ferramentas que permitiam a derrubada de grandes árvores e o controle das plantas concorrentes aos gêneros cultivados, o que prejudicaria ainda mais a sucessão vegetal. Essa visão, associada à ideia da existência de uma grande fronteira agrícola a ser explorada e ao alto custo da mão de obra empregada, geralmente africanos escravizados, fazia com que existissem poucas preocupações com o preparo do solo.

O francês Carlos Taunay, no seu manual agrícola publicado em 1859, chamava a atenção para o pouco cuidado com a adubação do solo. Segundo o autor, a disposição de "derrubar matas virgens e de abandonar o terreno cansado", somada à fertilidade das áreas nos anos seguintes e à retirada das matas, gerava tanta abundância, que levava os plantadores a sempre buscarem novos roçados (TAUNAY, 2001, p. 44). Ou seja, no Brasil, mesmo antes que a terra demonstrasse os primeiros sinais de esgotamento e se tornasse improdutiva, devia-se iniciar o cultivo de outra. O planejamento agrícola previa, pois, a destruição contínua das matas. Para o autor, essa forma de manejo seria uma das diferenças entre a agricultura desenvolvida no país e aquela praticada na Europa, onde a preocupação com a irrigação e outros cuidados com o solo, devido à impossibilidade de expansão para outras áreas, estavam bem mais difundidos do que no Brasil.

Entretanto, Taunay não foi o único a se preocupar com o impacto das atividades agrícolas no meio ambiente. Pádua (2002) demonstra que, entre os séculos XVIII e XIX, existiram pensadores que relacionavam os cuidados com o ambiente natural à construção de uma próspera nação. O autor, ao analisar vários intelectuais com distintas formações e papéis no governo, entende que, de maneira geral, a natureza era percebida como "recurso natural" e grande trunfo do progresso brasileiro. Ao contrário do que muitas vezes se pensa atualmente no país, a destruição não era vista como "um preço do progresso", mas sim como "preço do atraso". Para esses pensadores, eram, então, necessárias as modernizações tecnológicas e de manejo do sistema produtivo, visando ao correto aproveitamento das riquezas nacionais.

Apesar da existência desse tipo de preocupação, as ideias desenvolvidas por aqueles cientistas não se tornaram hegemônicas entre os seus contemporâneos. Pádua acredita que, em um mundo repleto de analfabetos, os trabalhos desenvolvidos pelos estudiosos impactaram pouco a sociedade, já que grande maioria da população não teria como acessá-los. Somente a elite pôde debater aquelas teorias e, mesmo nesse segmento, elas não foram bem vistas. Ainda que o próprio imperador D. Pedro II conhecesse algumas das explanações, os homens que comandavam a política imperial construíram uma sociedade baseada em um modelo econômico, monocultor e escravista, bastante predatório, mas que gerava enormes lucros. Os cafeicultores e o Estado Imperial não abririam mão do sistema que os sustentava (PÁDUA, 2002).

O resultado desse processo foi bem sintetizado por Dean (2007) na década de 1990: houve uma quase total destruição da Mata Atlântica. O autor demonstra como a classe senhorial do século XIX, "mimada" pelo Império, varreu a Mata Atlântica do Vale do Paraíba. Por meio da análise de todo o processo de manejo cafeeiro, ele ressalta como as escolhas econômicas e administrativas dos produtores levaram à rápida expansão da rubiácea e à substituição de áreas de vegetação nativas pelas chamadas "meias laranjas". O crescimento demográfico, a urbanização e a construção de ferrovias também foram responsáveis por aumentar a pressão sobre outras áreas de matas, causando ainda mais devastação. Com o aumento da população, a demanda pela madeira amentava. No campo, mesmo os pequenos produtores precisavam de matas para construções, acomodação de mercadorias e manutenção do fogão aceso em suas casas. A mesma necessidade havia nos centros urbanos. As locomotivas precisavam de carvão, o que levava a ainda mais cortes e queimadas. A intensificação da exploração das florestas impedia a sua recuperação, levando-a a uma degradação permanente.

Mauro Gomes (2004) reconhece o mesmo processo de devastação ambiental apresentado por Dean no Vale Oriental do Paraíba. Ao tratar do histórico da ocupação do município de Cantagalo, o autor demonstra os impactos causados pelas atividades econômicas desenvolvidas pelos europeus. Recontado a história cantagalense desde a exploração aurífera, ele destaca o papel da agricultura no processo de destruição das matas. Não somente o

plantio do café, como o cultivo de outros gêneros por pequenos produtores — pressionados e espremidos em porções menores de terras pelos grandes cafeicultores —levaram à exaustação do solo. Percebe-se como a intensificação do manejo indígena (desde o uso do fogo e o pouco tempo de descanso das áreas) deixou suas marcas na paisagem do município.

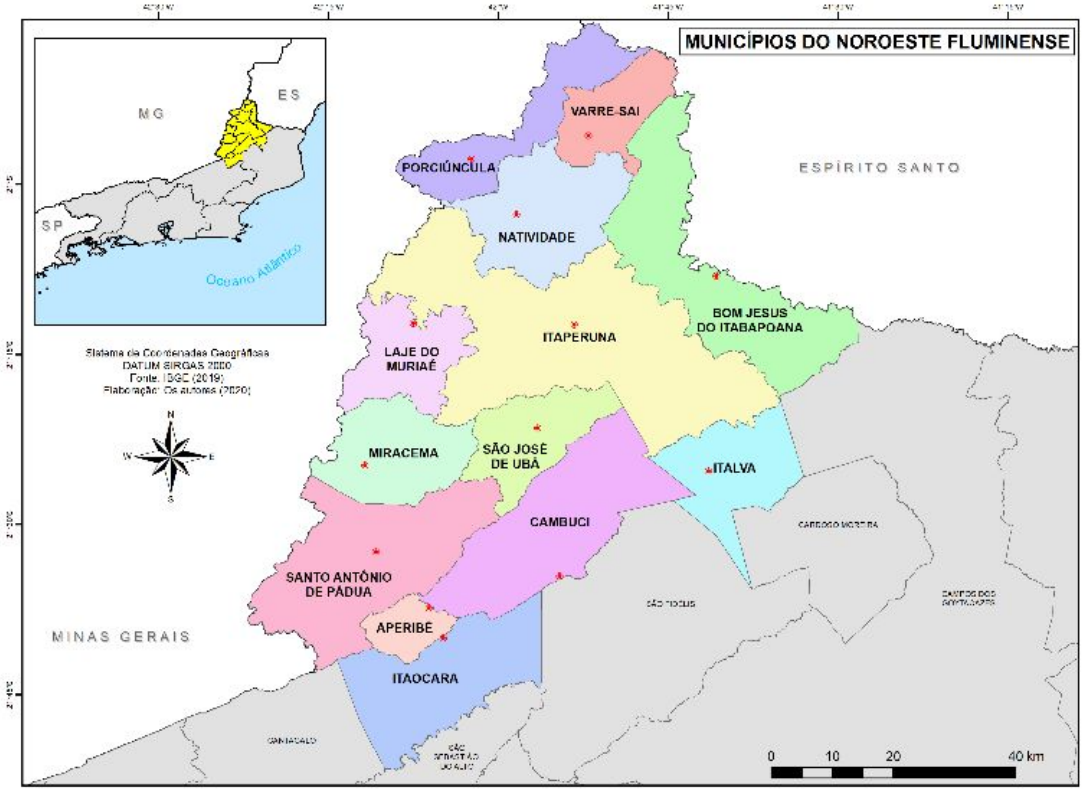
No que se refere ao NOF, Marinho (2017) aponta para o impacto ambiental que o cultivo do café gerou na vegetação predominante da região, até meados do século XIX. Ressaltando a declividade ali existente, a autora salienta como o manejo daquele cultivar era inapropriado às características do relevo, gerando, assim, profundo desgaste do solo. Contudo, esse não é o principal foco de sua análise, que ainda abrange outros períodos do século XX. Cabe, assim, entender melhor, à luz da História Ambiental, o processo de ocupação da região sobre a qual se debruça esta pesquisa: o atual município de Cambuci e o NOF, na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Cambuci e Noroeste Fluminense: caracterização e ocupação de uma região

Cambuci está localizado na região NOF, com uma população estimada de 15.505 habitantes, conforme o IBGE (2020). Ainda de acordo com o órgão, no Censo de 2010, a população era de 14.827 habitantes, com 84,3% residindo na zona urbana. Um fato, no mínimo curioso, é que 55% das pessoas do município estão domiciliadas em seus cinco distritos e apenas 45% na sede administrativa. Ele se assemelha à grande maioria das pequenas unidades administrativas do Brasil, com o Produto Interno Bruto (PIB) composto, em sua maior parte, por serviços públicos (administração, educação, saúde, defesa, e seguridade social). Como exemplo, cita-se que, em 2017, conforme o IBGE (2020), o PIB, a preços correntes, foi composto da seguinte forma: serviços públicos, 37,3%; serviços, 27%; agropecuária, 16,8%; indústria, 10,9%; e, por fim, impostos, 8,1%. Em um ranqueamento com os demais municípios fluminenses, levando em conta tal índice, Cambuci estaria na posição 78, de um total de 92. No entanto, chama a atenção que o indicador do setor agropecuário corresponda ao 11º lugar. Esse fato, porém, pode ser explicado pela própria formação socioespacial da municipalidade e do NOF.

O NOF[9] é constituído, atualmente, por treze municípios, conforme a Figura 1. Segundo Cruz (2007, p. 44), ele surge, oficialmente, em 1987, como reivindicação histórica, "[...] na busca da 'independência' com relação ao Norte Fluminense, mais particularmente com relação a Campos, que monopolizava a atenção e os recursos da iniciativa privada e dos governos estadual e federal". Conforme estimativas do IBGE (2020), a população total do NOF, em 2019, era de 335.368 habitantes, o que corresponde a 2% da população do ERJ. Outro dado importante refere-se ao PIB. Em 2017, esse indicador representava 1,1% do total fluminense, e o índice *per capita*, de R$ 20.413,21, era menor do que a média estadual, de R$ 32.721,25 (IBGE, 2020). Os dados — população, PIB e PIB *per capita* — revelam, inicialmente, um quadro de disparidade regional no território estadual.

Figura 1 – Localização dos municípios da mesorregião Noroeste Fluminense.



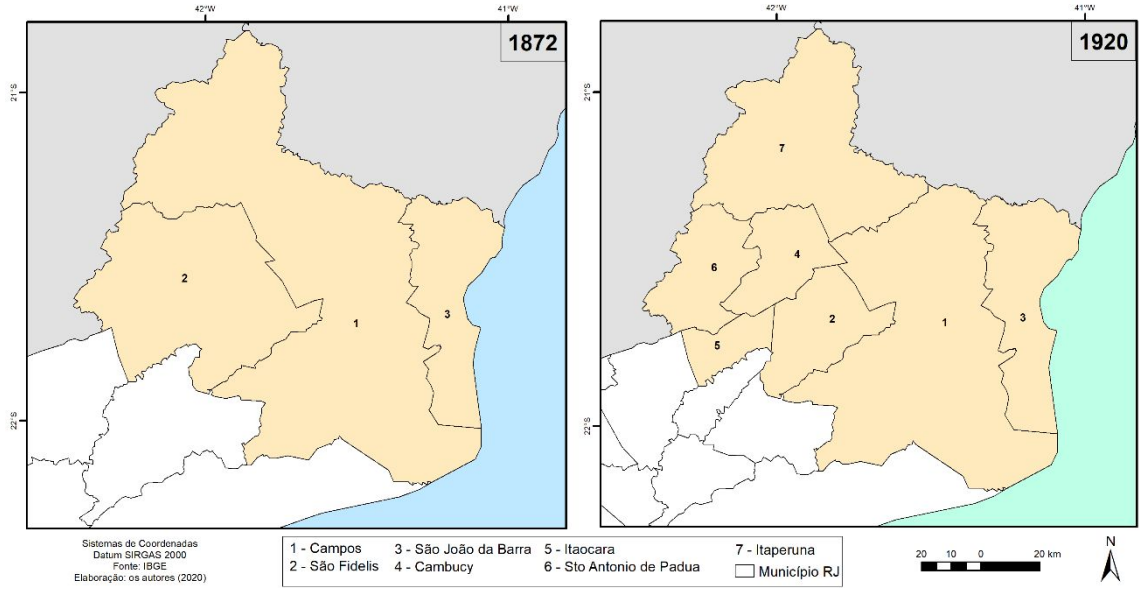
Fonte: Elaborado pelos autores.

[9]O IBGE reconhece, para todas as unidades federativas, a existência de meso e microrregiões em suas respectivas jurisdições territoriais. Para o estado do Rio de Janeiro, o órgão reconhece seis mesorregiões, a saber: Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Centro Fluminense, Baixadas, Sul Fluminense e, por fim, Região Metropolitana. Por sua vez, o Governo do estado do Rio de Janeiro, a partir da Lei nº 1.227/1987, que aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991, definiu a criação das chamadas "Regiões de Governo", que permanecem até hoje, totalizando-se em oito, a saber: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde. A diferença entre as regionalizações do IBGE e do estado do Rio de Janeiro é a seguinte: região Serrana e Centro-Sul compõem a mesorregião Centro Fluminense; as regiões do Médio Paraíba e da Costa Verde compõem a mesorregião Sul Fluminense. As demais se coincidem, inclusive os municípios que as compõem, respectivamente.

Esse panorama começa a se desenhar de maneira mais concreta no final século XIX. Contudo, é preciso lembrar que essa região, conhecida hoje como NOF, foi habitada por populações indígenas — Coroados, Coropós e Puris — que, entre o final do século XVIII e o começo do XIX, foram alvos de catequização dos capuchinhos (MALHEIROS, 2008). Os aldeamentos dessas tribos, principalmente a Aldeia da Pedra (São José de Leonissa, atual Itaocara), em 1796, e a Aldeia de Santo Antônio de Pádua, em 1833, foram importantes para a ocupação territorial. O fato de a região estar na rota de tropeiros saídos de Minas Gerais em direção ao território fluminense fez com que ali se desenvolvessem hospedagens — a exemplo de Monte Verde e Varre-Sai — que também ajudaram no aumento populacional. O processo de ocupação se intensificou no final do século XIX, quando, em razão do processo de decadência da cafeicultura na região do Vale Ocidental do Paraíba, o NOF se tornou o novo refúgio da oligarquia cafeeira fluminense (ALENTEJANO, 2002).

Como novo *locus* da fronteira agrícola cafeeira, a configuração territorial municipal da região ganha novos contornos. Por exemplo, em 1872, existiam apenas dois municípios na porção territorial que corresponde ao atual NOF: Campos dos Goytacazes e São Fidélis, atualmente pertencentes ao Norte Fluminense. Em 1920, já se tinha um arranjo territorial distinto, com a existência de quatro municípios: Itaperuna — desmembrado de Campos —, Cambuci, Santo Antônio de Pádua e Itaocara — desmembrados de São Fidélis, conforme mostra a Figura 2.

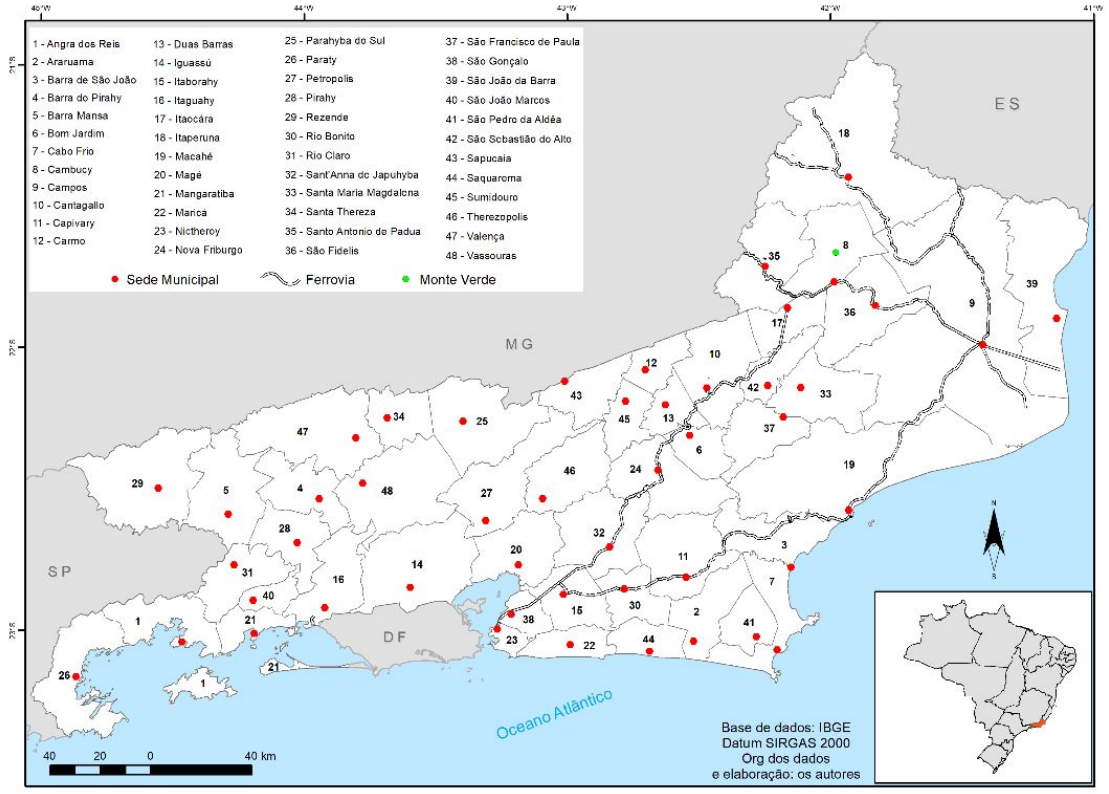
Figura 2 – Configuração territorial do Norte e Noroeste fluminense – 1872/1920.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em paralelo à difusão dos cafezais, a criação de ferrovias foi igualmente importante na constituição dos novos municípios. A partir do exame da Figura 3, evidencia-se como a rede ferroviária cruzava o NOF, conectando os municípios que dele faziam parte aos grandes mercadores consumidores, como Campos e Rio de Janeiro. Elas possibilitavam a ligação daquele território com a Região Serrana Fluminense e com Minas Gerais, dinamizando ainda mais a circulação de produtos e de pessoas.

Figura 3 – Ferrovias do Norte e Noroeste Fluminense – 1900.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A criação e/ou consolidação das vilas e cidades também levavam em consideração àquelas linhas. Um exemplo disso está nas alterações da sede que ocorreram no município de Cambuci. Desde a sua criação, em 1891, o poder administrativo se alternava entre Monte Verde, antiga freguesia produtora de café, e Valão das Antas, onde existia a estação ferroviária. Essas idas e vindas que explicam as mudanças toponímicas da cidade — ora Monte Verde, ora Cambuci — figuraram até as primeiras décadas do século XX (IBGE, 1965). O fato de o poder administrativo ter se fixado próximo à estação, em detrimento do núcleo cafeeiro, demonstra como as logísticas do transporte e da comunicação tinham peso nas escolhas políticas. Como se nota no mapa da Figura 3, Monte Verde (ponto verde) ficava distante das linhas férreas, que, por uma questão de viabilidade, não transpuseram a serra entre as duas

localidades. Essa situação exemplifica a digressão, feita nas páginas anteriores, sobre a capacidade de transformação e utilização da natureza. Como salienta a História Ambiental, mesmo diante dos interesses econômicos, a intervenção sobre o meio ambiente teve como limite a tecnologia da época (MURAT; FISCHER, 2020).

Outro aspecto fundamental da paisagem atual da região foi o passivo ambiental herdado, desde a perda de fertilidade dos solos (em razão de processos erosivos, especialmente) até a derrubada intensa de florestas nativas. Como exemplo, cita-se que, no ano de 2017, apenas 48,7% dos estabelecimentos rurais do NOF declararam ter, em suas propriedades, matas ou florestas; e apenas 11,9% do total de suas áreas eram cobertos por elas (IBGE, 2018). Quando se olha para os territórios municipais[10], no ano de 2018, verifica-se a existência de apenas 11% de vegetação na região. Existem situações em que os percentuais são ainda mais baixos, como os dos municípios de Aperibé (1%) e Itaocara (3,7%).

Os números de Cambuci não divergem do restante do NOF. As matas e florestas ocupam 15% do território municipal e 14,5% das áreas das propriedades rurais (IBGE, 2018). Ainda segundo o Censo, apenas 58% dos estabelecimentos agropecuários afirmam possuir matas em seus domínios. As atividades agropecuárias desenvolvidas, há mais de um século na localidade, explicam os números. O município, ainda hoje, tem uma parte da sua economia voltada para o setor, sendo o 11º colocado no PIB agropecuário do ERJ. As raízes históricas desse processo não fogem às linhas gerais, já descritas anteriormente, do que ocorreu em toda a região. Em fontes oficiais, como o IBGE, TCE/RJ e, até mesmo, o site da Prefeitura Municipal, destaca-se a presença de aldeamentos indígenas nas atuais terras cambucienses[11]. A ocupação mais sistemática do colonizador se deu a partir de 1810, quando da doação da sesmaria de São Lourenço à família Almeida Pereira (IBGE, 2020; LAMEGO, 1963). Foi a partir desse ponto, localizado no atual distrito de São João do Paraíso, que se estabeleceram os primeiros núcleos populacionais. Ali, também, aproveitando-se do trânsito das tropas de mula, desenvolveram-se os pousos para viajantes e as primeiras plantações e pastagens (IBGE, 1965). Segundo um jornal de época, o núcleo populacional mais antigo, Monte Verde, situado no Valão Grande, foi aberto "da mata bruta" por José Alves Pereira e seus irmãos em 2 de agosto de 1856 (LAEMMERT, 1861). Assim, num primeiro

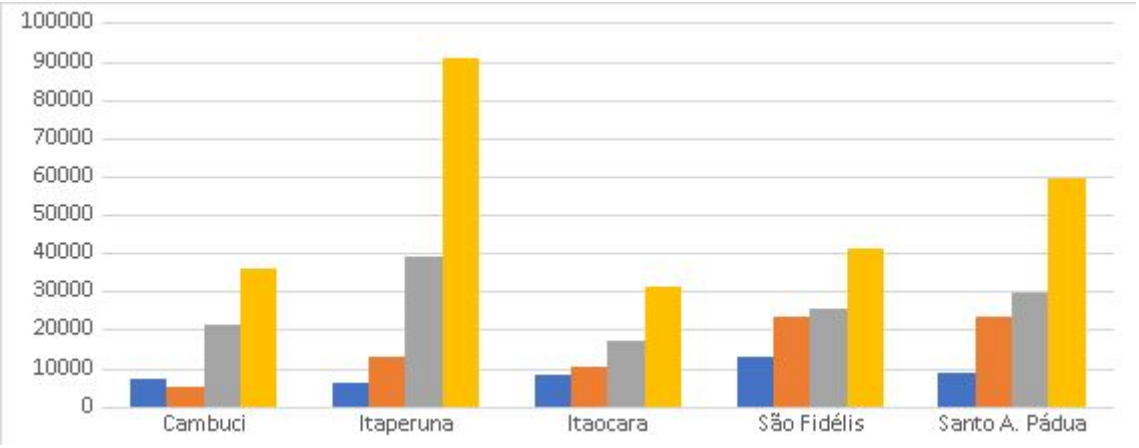
[10]Fonte: Projeto MapBiomas – Coleção 4.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 16 de maio de 2020, através do link: https://mapbiomas.org/.

[11]Como já citado, existiam também aldeamentos indígenas nas regiões próximas, como em Itaocara e São Fidélis. Alberto Lamego, baseado em um mapa de Couto Reis, de 1875, destaca os coroados e não os Puris, como os que estavam próximos a Cambuci (LAMEGO,1963). Segundo Malheiros (2008), na região como um todo, predominavam Coroados, Coropós e Puris. Ainda de acordo com a autora, os aldeamentos eram, em sua maior parte, de Coroados e Coropós. A pouca presença de Puris se explica por características intrínsecas a esse grupo, que viviam caçando e "vagueando" no território, que não se fixavam (ou pouco se fixavam) nas aldeias, de maneira geral. Portanto, fica imprecisa a cartografia de qual população indígena estava no atual território de Cambuci, sabendo-se, apenas, as múltiplas territorialidades desses três grupos — Coroados, Coropós e Puris — pela região.

momento, Monte Verde se estabelece como um pouso de tropa, e, em seguida, em função de seu crescimento, foi, em 1861, elevado à categoria de Freguesia com o nome de Bom Jesus do Monte Verde. Os rápidos desenvolvimento e crescimento populacional da localidade estiveram ligados à introdução e à expansão das atividades agrícolas, principalmente, das lavouras de café, que marcaram a região como um todo.

Os dados sobre a população de Cambuci e NOF demonstram o impacto dessas atividades, conforme a Figura 4[12].

Figura 4 – População municipal de Cambuci e Noroeste Fluminense (1872-1920).



Fonte: Censos (BRASIL, 1872, 1890, 1900, 1920).

Pelo gráfico, é possível ver que a população do NOF, entre 1872 e 1920, cresceu vertiginosamente, 448%, enquanto no ERJ foi de 99%. Isso deixa em evidência o quão a atividade cafeeira impactou a região. Ao se observar individualmente os municípios, verifica-se que, no mesmo período, as unidades administrativas que mais cresceram, em termos populacionais, foram justamente, e respectivamente, os maiores produtores de café do estado, a saber: Itaperuna (1408%), Santo Antônio de Pádua (557%) e Cambuci (417%). Este último, em 1900 e 1920, possuía, respectivamente, a 13ª e 14ª maior população fluminense. O NOF, que, em 1890, representava 6% da população do ERJ, saltou para 14% em 1920.

No entanto, fazem-se necessárias algumas ressalvas. A primeira delas é o declínio populacional de Monte Verde entre 1872 e 1890, justamente no momento em que o café estava em ascendência. Lamego (1963), contrariando

[12]É importante uma explicação metodológica. Em 1872, os dados do Censo foram coletados por freguesias, a saber: Senhor Bom Jesus de Monte Verde (Cambuci); São José de Leonissa (Itaocara); Santo Antônio de Pádua; e Nossa Senhora da Piedade da Laje (Itaperuna); todas elas pertencentes ao município de São Fidélis. Em 1890, já no período Republicano, a metodologia de coleta se manteve, porém, dessa vez, alterando-se a configuração territorial, com Itaocara, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua sendo municípios independentes, mas Senhor Bom Jesus de Monte Verde (Cambuci) pertencendo a São Fidelis. Por essa razão, a população total de São Fidélis, em 1872 e 1890, desconsidera as freguesias supracitadas, respectivamente.

tais números, constata um crescimento da freguesia, afirmando que ela, em 1892, tinha 19.134 habitantes. Infere-se, a partir das datas apresentadas pelo autor, que essa informação foi retirada do Recenseamento Estadual do Rio Janeiro de 1892. Estando o estudioso correto, pode-se deduzir que, em 1890, ocorreu um erro na apuração das informações do Censo do Governo Federal. Essa possibilidade se baseia no fato de a ferrovia já estar presente no NOF, desde a década de 1880, interligando Pádua e Campos, passando por Cambuci (então Valão das Antas) e São Fidélis, o que facilitaria o acesso à região e, consequentemente, seu aumento demográfico. Outra ressalva importante se refere a Itaperuna, que, nesse mesmo período, teve o maior incremento populacional. Não somente o café e a ferrovia contribuíram para isso, mas também a incorporação das freguesias de Bom Jesus do Itabapoana e Natividade do Carangola que, em 1920, passaram a compor parte dos, então, doze distritos do munícipio.

Em suma, a atividade cafeeira demandava enorme quantidade de mão de obra, fomentando, assim, o processo de urbanização. A necessidade de escoamento da produção agropecuária trouxe as ferrovias, dinamizando mais intensamente o arranjo produtivo. Esse conjunto, dialeticamente interligado, foi o principal motor do crescimento populacional de Cambuci e do NOF. Todavia, entende-se que a análise da ocupação da região não pode se desvincular de duas outras atividades, presentes ali até hoje: a plantação de cana e a criação de animais. Ou seja, o café, imbricado com a cana e a atividade agropastoril, teceria e fomentaria as novas relações socioespacial. A seguir, demonstrar-se-á esse processo.

A cana-de-açúcar em Cambuci e no Noroeste Fluminense

No século XIX, já se tinha em mente que as melhores terras para o cultivo da cana eram as chamadas de "massapê de cor escura, untuosas e porosas, sem mistura de pedregulho, areia ou barro" (TAUNAY, 2001, p. 110). Drummond (1997) atenta para a importância desse solo no desenvolvimento da cana plantada no litoral da região Nordeste do Brasil. Segundo o autor, mesmo diante do ciclo produtivo (queima de matas, limpeza de solo e plantio) sem repouso do solo, a fertilidade do terreno faria com que as plantações pudessem sobreviver bem, produzindo por anos. A exceção seria os terrenos com maior declividade, em que as áreas expostas chegavam mais rapidamente à exaustão. Ele adverte ainda que, por conta de todas as transformações decorrentes da instalação de uma propriedade açucareira, um vasto território era impactado. A necessidade de animais e de lenhas para as caldeiras que fazem o açúcar levaria à derrubada de matas e à criação de pastagens. Todo esse processo impossibilitava, em muitos casos, a recuperação da vegetação natural.

Desde o século XVII esse fenômeno é identificado na região de Campos dos Goytacazes com a instalação das primeiras unidades açucareiras. A

expansão dos canaviais e dos engenhos se deu de forma lenta até as primeiras décadas do século XVIII. A queda da produtividade do açúcar no Recôncavo da Guanabara[13] liberou capitais para o investimento necessário à introdução do cultivar por outros territórios fluminenses. Vários fatores estão relacionados a esse processo, tais como: o final dos muitos conflitos territoriais existentes em Campos[14]; a liberação de terras, antes nas mãos dos jesuítas (expulsos do Brasil); o anseio da Coroa portuguesa em — além da região Nordeste — ter outras áreas açucareiras; a dinamização da economia do Sudeste, por cota da mineração e posterior transferência da capital para o Rio de Janeiro; e o interesse de proprietários na produção de um gênero que poderia ser vendido nos mercados internos (Rio e Minas como mercados consumidores) e externo (FARIA, 1998).

Alguns fatores naturais, como a grande disponibilidade de áreas planas e a boa fertilidade dos solos aluviais profundos, também contribuíram para a difusão dos canaviais. (DRUMMOND, 1997). A realidade campista se assemelha à descrita no Manual do Agricultor, como propícia ao cultivo da cana, ou seja, zonas próximas dos leitos dos rios e das áreas perto dos morros, cujos solos se favorecem, respectivamente, com os materiais levados pelas vazantes e pela água da chuva (TAUNAY, 2011). Apesar da preferência pelas vargens, o impacto ambiental da economia do açúcar se deu igualmente nas áreas montanhosas, que, depois de desmatadas para o fornecimento de lenha, tornaram-se pastagens. Os pastos eram utilizados pelos bovinos, equinos e muares, animais necessários à alimentação, ao fornecimento de força motriz e ao transporte de mercadorias.

Desde o século XIX, as localidades que formaram o atual território do município de Cambuci, em razão da proximidade geográfica, sofreram influência de Campos em relação à produção de cana-de-açúcar. Segundo Lamego (1963, p. 271), uma das razões da sua expansão na região Noroeste foi a ocorrência de uma moléstia nos cafezais de São Fidélis, mais especificamente na Fazenda do Colégio. Identificada em 1869, essa doença, causada por "um verme hematoide", espalhou-se pela região, chegando, em 1880, a Monte Verde, Cantagalo e Santo Antonio de Pádua. Sua rápida difusão fez vários proprietários substituírem a rubiácea pelos canaviais.

A despeito dessa informação, encontram-se engenhos de açúcar na Freguesia de Monte Verde desde o início da década de sessenta do século XIX. Utilizando como fonte de análise o *Alamanak Laemmert*, percebe-se, conforme Tabela 2, a evolução desse produto ao longo da segunda metade do século XIX.

[13]Era formado pelas terras que se estendiam entre a cidade do Rio de Janeiro e a Serra do Mar. Até 1833, ele era dividido em várias freguesias que deram origem aos municípios que atualmente compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Silva, 2013).
[14]As disputas se deram não somente entre os indígenas e os colonizadores, como entre facções dos proprietários locais e a administração local (FARIA, 1998).

Tabela 2 – Produtores de açúcar na Freguesia de B.J. de Monte Verde (1862-1883).

Ano	Nº Prod.	Ano	Nº Prod.
1862	3	1871	7
1863	3	1875	2
1864	3	1876	2
1865	3	1877	2
1866	3	1878	8
1868	3	1879	4
1869	3	1882	15
1870	3	1883	15

Fonte: *Almanak Laemmert*[15].

Nota-se que o número de produtores aumentou ao longo dos anos, principalmente a partir do final década de 1870, momento posterior à doença do café. Deve-se atentar também para a mudança da metodologia na listagem do periódico entre os anos de 1875 a 1877. Nesse período, ao lado dos dois proprietários listados, havia uma observação em que se afirmava haver "maior número [de produtores] entre 500 a 3.000 arrobas de açúcar". Ou seja, o jornal reconhece a existência de um quantitativo maior de produtores de açúcar em Monte Verde do que aqueles que pagaram para ter seu nome publicado naquelas edições.

Algumas políticas de incentivo, possivelmente, facilitaram a irradiação da cana no NOF. Nos anos de 1870, o Governo Imperial, visando à reorganização canavieira da Baixada Campista, subsidiou a criação dos engenhos centrais. O Império apostava na utilização das máquinas a vapor para vencer a concorrência do açúcar de beterraba europeu e do produzido em Cuba, que, por conta do maquinário, já era considerado de melhor qualidade. No projeto, além dos incentivos para a importação de máquinas, estava prevista a construção de ramais ferroviários entre os estabelecimentos produtivos, o que facilitaria o escoamento da produção. Foram criados, então, os engenhos centrais de: Quissamã (1875); Barcelos, em São João da Barra (1878); e Pureza, em São Fidélis (1885). Todos eles eram entrecruzados pelas recém-criadas linhas férreas, como demonstrado na Figura 3. Assim, a produção poderia ser

[15]Metodologicamente, a pesquisa se deu sobre os anos de 1861 a 1888. Estão listados na tabela os anos em que foram encontradas informações sobre a Freguesia de Bom Jesus do Monte Verde.

escoada pela rede ferroviária para Campos, consolidando o município como maior entreposto comercial da região (PENHA, 2015; PEREIRA, 2015).

A partir da Tabela 3, observa-se o aumento significativo do cultivo da cana na virada do século. Os dados do Censo Agrícola de 1920 demonstram a importância do produto para o arranjo produtivo local, não somente em Cambuci, como em todo NOF.

Tabela 3 – Cultivo de cana no Noroeste Fluminense (1920).

Município	Total de Prop.	Nº Prop. Cana	Prop. Cana (%)	Área Cana (ha)	Área (ha)
Cambuci	1.051	297	28	189	1,1
Itaocara	1.620	268	17	183	3,6
S. Pádua	1.444	391	27	1.085	2,6
Itaperuna	1.672	589	35	1.266	3
S. Fidélis	1.336	540	40	179	1,5
Campos	2.965	1.484	50	3.024	27

Fonte: BRASIL (1920).

Em Campos, núcleo produtor regional mais antigo, a cana ocupava metade das propriedades recenseadas. Nos demais municípios, à exceção de Itaocara, aquele cultivo fazia parte de 27% a 40% dos estabelecimentos agropecuários. Em Cambuci, 28% dos imóveis rurais tinham ao menos uma parte de sua área destinada à matéria-prima necessária para a fabricação do açúcar. Contudo, apesar de ser fazer presente em todo o NOF, é inegável que ela foi mais vital à economia campista, não somente pela quantidade de hectares ocupados, como pela relação percentual entre esta e a porção territorial cultivada das unidades agrícolas, ou seja, 27%.

Esses dados também ajudam a entender melhor o impacto ambiental da economia do açúcar e seus derivados no desmatamento daquela porção do território fluminense. Levando-se em consideração os números listados na última coluna da tabela, percebe-se que a cana estava presente, à exceção de Campos, em menos de 4% das áreas destinadas à agricultura. Em Cambuci, ela representava, apenas, cerca de 1% dessas terras. Ou seja, se a gramínea foi importante para a economia local, estando, por isso, presente no brasão municipal, essa relevância deve ter sido obtida nas décadas seguintes. Por conseguinte, apesar de o manejo canavieiro ser profundamente nocivo ao meio ambiente, não parece ter sido ele o maior responsável pela destruição das matas cambucienses no período analisado. É provável que as características topográficas, de composição do solo e a proximidade de uma grande área produtora possa ter desestimulado, naquele momento, a produção. Ademais,

alguns municípios apostaram suas fichas em outro cultivar, de grande valor no mercado internacional e que se expandia pelo NOF: o café.

O café em Cambuci e no Noroeste Fluminense

O produto de origem africana chegou ao país ao longo do século XVII, tendo se expandido da cidade do Rio de Janeiro para o Vale do Paraíba Fluminense e, posteriormente, para o território paulista. Ainda no século XIX, ele adentrou a Baixada Fluminense, chegou a Campos dos Goytacazes e, mais tarde, ao Espírito Santo e a Minas Gerais. Durante os Oitocentos, o Brasil foi responsável por cerca de 50% da produção mundial de café, e a renda obtida desse comércio sustentou grande parte do Estado Imperial (FARIA, 2002). Visando a melhor compreensão da sua expansão nas terras da Província Fluminense, e, em particular, ao seu papel na ocupação e no desenvolvimento de Cambuci e do NOF, torna-se necessário entender a relação entre o manejo do café, a expansão de suas lavouras e os impactos decorrentes destes sobre o solo e a vegetação natural local.

Segundo Drummond (1997), o café era plantado no Rio de Janeiro nas partes mais altas das propriedades, onde as temperaturas eram mais amenas[16]. A primeira etapa do processo consistia na retirada da mata. Após a abertura das picadas, geralmente nos meses mais secos (junho e julho), ateava-se fogo — *coivara* — e, em seguida, eram retirados tocos de árvores e qualquer vegetação remanescente. Essas tarefas poderiam ser realizadas por trabalhadores livres, que, muitas vezes, recebiam autorização para: vender algumas madeiras; comercializar o carvão, fruto das queimadas; e plantar alguns gêneros alimentícios. Em seguida, as mudas eram plantadas a uma distância entre dois metros e meio a três, o que fazia com que em um hectare coubessem mil e trezentos pés. Nos primeiros dois ou três anos, podiam-se plantar, entre as fileiras, pés de feijão e de milho. Anualmente, os cafezais eram capinados, havendo, ainda, uma limpeza antes da colheita (geralmente entre abril e setembro), visando a facilitar o contato dos trabalhadores com os galhos. Após cinco ou seis anos, o cafezal atingia sua maturidade e os grãos eram comercializados.

O cultivo era feito em linhas retas perpendiculares aos pés dos morros. Ou seja, as rubiáceas não eram plantadas em curvas de nível nem se utilizavam as técnicas de aterraçamento, já conhecidas naquela época. A abundância de terras disponíveis e o custo da mão de obra explicam o fato de os fazendeiros não se preocuparem com a adoção dessas práticas (DRUMMOND, 1997). A disposição dos cafezais facilitava a visualização das linhas e o controle da força de trabalho escravo, bem como a circulação de pessoas e animais na época da

[16]Em áreas de até trezentos metros de altura, os pés eram plantados perto das encostas para que os morros os sombreassem. Acima disso, devido às menores temperaturas, o café era plantado nos altos dos morros, buscando, assim, o máximo de exposição aos raios solares (DRUMOND, 1997).

colheita dos grãos e da limpeza dos pés (DEAN, 1995). É evidente que, a longo prazo, essa forma de plantio causava a erosão do solo e o assoreamento dos rios[17]. Os fenômenos eram potencializados pelo tipo de solo predominante em Cambuci: os argissolos, mais suscetíveis aos processos erosivos, mesmo em relevos levemente ondulados, o que requeria, portanto, mais cuidados e práticas de conservação.

Tal manejo fazia com que a busca por novas terras fosse uma constante. Após quinze ou vinte anos, geralmente as áreas das plantações eram abandonadas e trocadas por outras mais novas. Tendo-se em mente os cinco ou seis anos que o café levava para chegar a produzir comercialmente, percebe-se que, mesmo antes do esgotamento de uma área, já se havia iniciado a preparação de outra. Assim, o avanço sobre as matas era sistemático, o que explica o percurso do cultivar pelo território fluminense. (DRUMOND, 1997).

No Rio de Janeiro, o café se desenvolveu ao mesmo tempo nas porções orientais e ocidentais do Vale do Paraíba. Na porção oriental, o produto chegou ao seu momento de maior esplendor entre as décadas de 1870 e 1880. No entanto, se a produção naquele momento ainda era pujante, a capacidade de expansão se tornava diminuta, por conta do esgotamento das áreas de mata nas propriedades rurais (MARRETO, 2019). Na mesma conjuntura, a rubiácea atingiu Itaperuna e seus arredores, que começaram a se destacar como grandes produtoras da Província Fluminense. (DRUMOND, 1997). Mais uma vez, com base no *Almanak Laemmert*, pode-se acompanhar a expansão dos cafezais no território que viria se tornar o município de Cambuci (Tabela 4, próxima página).

O simples exame da Tabela 4 demonstra o enorme crescimento do número de produtores de café, já que, em um período de cerca de vinte anos, eles saltam de quarenta e seis para cento e noventa e três. Esse recrudescimento é ainda mais expressivo, levando em conta a alteração na metodologia do jornal, identificada a partir de 1875. Se até aquele momento o anuário enumerava todos os cultivadores da rubiácea, a partir de então, passou a informar aos seus leitores a listagem dos maiores produtores — entre 4 a 15 mil arrobas anuais —, alegando existirem muitos outros, cerca de trezentos a quatrocentos. Outro dado que ressalta o crescimento produtivo é a publicação considerar, após 1883, que os pequenos proprietários não listados já produziam cerca de 20 mil arrobas/ano.

[17]Essas escolhas não devem ser explicadas pela ausência e conhecimento sobre algumas práticas agrícolas, mas também por motivações econômicas. Já no século XIX, Taunay advertia sobre a importância da manutenção das matas no alto das montanhas. Segundo o autor: "As matas não só embelezam o chão e dão madeira, frutas e sombra, senão que são também a origem do húmus ou terra vegetal, produzem e conservam nas nascentes e fontes, rompem a violência dos furacões e entretêm a salubridade da atmosfera. Nos declives, as chuvas e trovoadas tendem a lavar a terra, e a carregar a porção mais fecunda e fina. Portanto, a coroa de matos, suprindo com nova porção de húmus, ao mesmo tempo que abriga dos meteoros as zonas inferiores em estado de cultura e lhe conserva a umidade, é de primeira utilidade" (TAUNAY, 2001, p. 104).

Tabela 4 – Produtores de café na Freguesia de B.J de Monte Verde (1862-1885).

Ano	Nº Prod.	Ano	Nº Prod.	Ano	Nº Prod.
1862	46	1868	97	1877 (*)	50
1863	80	1869	92	1879 (*)	159
1864	80	1871	83	1882 (*)	181
1865	86	1875 (*)	30	1883 (*)	189
1866	88	1876 (*)	50	1885 (*)	193

(*)Listados apenas os maiores produtores (4 a 15 mil arrobas).
Fonte: *Almanak Laemmert*[18].

O café possibilitou aos cafeicultores de Monte Verde se integrarem à boa sociedade imperial, assentada em uma ordem escravista (MATTOS, 1999; SALLES, 2018). A atividade agrícola, ainda em expansão, justificava a existência, em 1872, de mais de dois mil escravos na localidade, o que representava 33% da população da freguesia (BRASIL, 1872). Apesar da distância de outros núcleos urbanos, o bom desenvolvimento do cultivo e a consequente geração de renda levou à localidade uma série de profissionais. Desde 1862, o *Almanak* relata a presença de negociantes, serradores, carpinteiros e ferreiros, professores de piano e de música. Esses últimos eram necessários em um momento em que a posse de pianos, entre outros objetos como álbuns de fotografia, distinguiam as famílias mais abastadas (MAUAD, 2011).

O ciclo de expansão da rubiácea se consolidou no século seguinte. Em 1920, três municípios do NOF figuravam como os maiores produtores de café do ERJ: Itaperuna (1º lugar), Santo Antônio de Pádua (2º lugar) e Cambuci (3º lugar).

Os dados do Censo Agrícola de 1920 confirmam a importância do café para a região. À exceção de Campos, ele estava presente em cerca de metade das propriedades rurais arroladas. Em Cambuci e Itaperuna, o número era ainda maior, ocupando, respectivamente, 78% e 82% dos estabelecimentos rurais. Contudo, entende-se que os números da última coluna da Tabela 5 são mais significativos para a compreensão do alcance da rubiácea na agricultura local. Em todos os municípios listados, mesmo onde aquele cultivar ocupava apenas 20% do total das fazendas e sítios, ele dominava mais de 50% do total da área agricultável. Em Itaperuna, Pádua e Cambuci, o número era ainda maior, o que explica a posição dessas unidades administrativas na listagem dos produtores cafeeiros do ERJ (BRASIL, 1920).

[18]Metodologicamente, a pesquisa se deu sobre os anos de 1861 a 1888. Estão listados na Tabela 4 os anos em que foram encontradas informações sobre a Freguesia de Bom Jesus do Monte Verde.

Tabela 5 – Cultivo de café no Noroeste Fluminense (1920).

Município	T. de Prop.	Nº Prop. Café	Prop. Café (%)	Área Café (ha)	Área (%)
Cambuci	1.051	825	78	15.583	91
Itaocara	1.620	363	47	3.713	74
S. Pádua	1.444	1.008	70	33.195	80
Itaperuna	1.672	1.321	82	38.126	90
S. Fidélis	1.336	623	47	6.424	54
Campos	2.965	598	20	6.341	58

Fonte: BRASIL (1920).

Destarte, todos esses elementos confirmam a trajetória do avanço do "ouro negro" pelo interior fluminense. A necessidade de substituição das terras já cansadas por outras com reservas de matas pode ser exemplificada pelos números da rubiácea no município de Cantagalo. O outrora grande produtor do Vale Oriental do Paraíba, em 1920, tinha apenas 34% da área agricultável destinada àquele produto. Embora 50% das propriedades ali existentes tivessem ainda pés de café, a produção de 2.313 toneladas era bem menor do que a das maiores do estado do Rio: Itaperuna (16.441); Pádua (14.485) e Cambuci (6.779) (BRASIL, 1920).

Segundo Drummond (1997), após o momento de pico produtivo, as terras dos cafezais eram abandonadas e largadas à própria sorte. No lugar das antigas lavouras, surgiam fendas erosivas e/ou uma rala vegetação formada por capins e samambaias. Ao tratar mais especificamente do NOF, o autor nota que em Itaperuna e vários municípios vizinhos o cafezal foi convertido em pastagens. Ele ressalta que, mesmo sem haver uma topografia tão elevada, essa sucessão empobreceu demais o solo, levando a um processo de erosão de difícil reversão. Essa paisagem, identificada pelo autor no final do século passado, ainda está presente naquela região. Resta, então, saber em que medida essa configuração espacial já se desenvolvia no período estudado. Ou seja, se, naquele momento, haveria um grande número de pastos em Cambuci e, até que ponto, eles auxiliariam no entendimento do grau da degradação ambiental local. Diante dessas dúvidas, necessita-se traçar um quadro sobre a relação da produção agropecuária nesses primeiros anos, no momento de implantação e da expansão do "ouro negro".

As pastagens e a criação de animais no Noroeste Fluminense

Crosby (2011) chamava a atenção para a relação dialética entre a dieta dos invasores americanos, à chegada de animais criados na Europa e à

expansão do pasto. Referindo-se mais especificamente ao NOF, sabe-se que a criação de gado foi muito importante no processo de ocupação de Campos. Das primeiras décadas do século XVII até meados do século XVIII, a pecuária foi a principal atividade desenvolvida na região. A existência de grandes pastagens naturais, a demanda de animais (carne e serviço) no Recôncavo da Guanabara, os conflitos territoriais envolvendo os indígenas e as disputas entre a elite colonial fizeram do gado a aposta mais segura. Afinal, caso ocorresse alguma situação de perigo, ao contrário dos cultivares, ele poderia ser removido para outra faixa de terra. Mesmo após a transição da pecuária para a economia da cana, na virada para o século XIX, as criações continuaram predominando no litoral e nas restingas, áreas menos propícias ao cultivo da cana. Os bovinos se fizeram presentes em grande quantidade nas unidades açucareiras por serem utilizados no transporte de mercadorias (carros de boi) e nas moendas de vários engenhos (FARIA, 1998)[19].

Dessa forma, à medida que a cana, o café e outros produtos de valor comercial iam adentrando o interior, os pastos eram cada vez mais necessários, não somente para o funcionamento interno das propriedades, como também para a circulação de pessoas e de bens. Com as tropas de mula, a produção era escoada pelas estradas do Brasil, visando ao abastecimento das cidades e dos portos, dentre os quais — principalmente, após a vinda da Corte — a própria cidade do Rio de Janeiro (LENHARO, 1993). Tendo em vista o fato de uma tropa de mulas carregadas de mercadorias se deslocar, em média, 20 km por dia, necessitar-se-iam de pastagens em cada um dos diversos pontos de parada para descanso e troca de animais (DRUMMOND, 1997).

Ainda que não sejam listados proprietários destinados à criação de animais — as chamadas fazendas de criação —, infere-se que existiam áreas de pastagens na Freguesia de Monte Verde. O próprio Censo de 1872 corrobora esse raciocínio ao informar a existência de profissionais classificados como "criadores e jornaleiros (1.023)". Levando em conta que parte desses trabalhadores por jornada poderia trabalhar com a criação, o número é bem expressivo, representando, aproximadamente, 15% da população total registrada (6.949). Ademais, a presença de quarenta e cinco pessoas denominadas como caixeiros/negociantes reforça o comércio e, por conseguinte, a necessidade de animais para o deslocamento de mercadorias pela região (BRASIL, 1872).

Segundo Drummond (1997), na virada do século XIX para o XX, muitas pastagens surgiram, após a exploração de café, em áreas próximas às estradas de ferro e de rodagem. Sua proximidade das vias de acesso facilitava o comércio de mercadorias pelos lombos dos burros e do próprio gado para abate. A identificação visual desse tipo de paisagem nas atuais estradas e nos antigos

[19]No levantamento feito pela autora, em 1785, de um total 1.201 produtores, 69 eram criadores de gado. Contudo, ressalta-se que a sua produção representava apenas 12% do montante total, já que os bovinos estavam presentes nas propriedades dos demais grupos sociais: senhores e engenho (64%), lavradores de cana (10%), lavradores de mandioca (15%). O número total de cabeças de vacas parideiras era de 19.724 (FARIA, 1998, p. 247).

trilhos de trens dos municípios que compõe o NOF é um forte indício de que o mesmo seu deu nessa região.

Procurando entender melhor a importância econômica e do impacto ambiental da pecuária, examinaram-se os dados do Censo Agropecuário de 1920. Eles apontam para o número de propriedades em que a pecuária estava presente. A partir disso, estabeleceu-se a relação percentual entre o total das unidades listadas e aquelas que possuem alguma criação, conforme pode ser notado na Tabela 6.

Tabela 6 – Pecuária nas propriedades no Noroeste Fluminense (1920).

Mun.	Bovinos		Equinos		Asnos/Mulas		Ovinos		Caprinos		Suínos	
	Nº	*%*	*Nº*	*%*	*Nº*	*%*	*Nº*	*%*	*Nº*	*%*	*Nº*	*%*
Cambuci	556	53	724	69	196	19	10	1	331	31	876	83
Itaocara	512	66	496	64	76	10	34	4	188	24	643	83
S. Pádua	896	62	1.044	72	198	14	48	3	416	29	1.162	80
Itaperuna	985	59	1.276	76	612	37	43	3	309	18	1.397	84
S. Fidélis	638	48	822	62	152	11	523	2	172	13	1.056	79
Campos	1.939	66	2.205	75	319	11	229	8	253	9	1.616	55

Fonte: BRASIL (1920).

Os animais que necessitam de grandes áreas de pastagem, como bovinos e equinos, estão presentes em cerca de 60% das propriedades. O fornecimento de força motriz e de transporte, assim como o de carne e leite para consumo e venda, explica o fato. Da mesma forma, o número de asnos e mulas, sempre acima dos 10%, relaciona-se ao transporte de produtos, tais como café e cana, das fazendas até as estações ferroviárias e outros pontos importantes para o comércio regional. Por esse mesmo motivo, entende-se o grande número desse tipo de criação em Itaperuna, maior produtor cafeeiro do ERJ. Todavia, para uma melhor análise do papel desses animais no NOF, deve-se levar em conta o número de cabeças de cada uma dessas espécies (Tabela 7, próxima página).

Evidencia-se, assim, que, nas maiores áreas produtoras de café, o número de bovinos não chegava a 40% do total de criações. Ainda que se somassem esses dados aos de outros animais de grande porte (equinos, asnos/mulas), esse valor ultrapassaria a casa de 50% somente em Santo Antônio de Pádua. Outro aspecto interessante diz respeito à criação de suínos. Em todos os municípios listados, com exceção de Campos, ele está em, no mínimo, 79% das propriedades. Se na Tabela 6 foi possível perceber a sua difusão pelas unidades rurais, agora fica mais nítida a sua significância na pecuária regional, tendo em vista os porcos ocuparem, excluindo-se Pádua, mais de 50% dos animais arrolados no Censo. É bem provável que esse

quantitativo esteja relacionado não somente ao consumo próprio, como também à comercialização de seus derivados.

Tabela 7 – Número de cabeças nas propriedades no Noroeste Fluminense (1920).

Mun.	Bovinos		Equinos		Asnos/ Mulas		Ovinos		Caprinos		Suínos	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Cambuci	8.021	19	2.880	6,8	750	2	89	0,2	2.298	5	27.956	67
Itaocara	12.847	38	1.813	5	199	1	652	2,0	1.122	3	17.359	51
S. Pádua	18.833	25	20.935	28	600	1	380	0,5	2.425	3	31.846	43
Itaperuna	27.128	30	5.982	7	2.903	2,6	355	0,4	1.661	2	51.470	58
S. Fidélis	16.162	35	3.211	7,3	644	1,4	523	1,1	726	2	24.231	53
Campos	93.271	61	12.920	8	1.031	0,7	4.508	2,8	2.474	2	39.708	26

Fonte: BRASIL (1920).

Carvalho, Provin e Valentin (2016) ressaltam a importância da pecuária suína durante o século XIX e meados do século XX. Os porcos eram criados principalmente para a obtenção de banha, já que ela era utilizada para preparação de alimentos e tinha um grande valor comercial nos centros urbanos do Sudeste Brasileiro. A gordura também era aproveitada pelos agricultores na conservação da carne destinada ao seu próprio consumo, em um momento em que a energia elétrica ainda não se tinha difundido pelas zonas rurais. Segundo os autores, as raças introduzidas no Brasil pelos portugueses desde o início da colonização, ao contrário das atuais, possuíam um grande percentual de gordura, justamente visando esse tipo de aproveitamento. A difusão das linhas férreas também incentivou a comercialização, já que com a diminuição do tempo de transporte, os animais poderiam ser comercializados vivos. O fato de o NOF, em 1920, contar com um uma rede de ferrovias que integravam aquelas cidades com a própria capital do estado ajudou nesse tipo de transação. Os agricultores ainda se beneficiavam da versatilidade de um animal onívoro, excelente aproveitador dos recursos vegetais disponíveis, algo que era muito vantajoso para os pequenos produtores. Era comum no Brasil, por exemplo, eles pastarem nas roças de milho, quebrando os pés da planta e comendo suas espigas quando maduras. Além de necessitar de pouco manejo em comparação com outros animais, o porco converte cerca de um quinto do que come em alimento, número muito superior ao dos bovinos, algo em torno de um vigésimo (MORETTO; BRANDT, 2019).

Mesmo levando em consideração toda a digressão sobre o valor comercial da banha e o fato de as ferrovias facilitarem o transporte dos animais para o abate, o estágio de expansão do café em Cambuci também deve ser considerado. Em Cantagalo, Faria (2018) aponta que a criação de suínos esteve presente, inclusive, nas propriedades cafeeiras. Os dados listados pela autora possibilitam enxergar uma relação inversamente proporcional entre o número de pés de café e o de cabeças de porcos, ou seja, quanto maior a produção de rubiáceas, menor a criação suína. Acredita-se que essa situação ocorreu por conta do manejo da rubiácea que sempre necessitava de mais áreas na propriedade. Dessa forma, à medida que essa produção de alto valor no mercado internacional se estruturava, ela ocupava mais espaços, antes destinados a outras atividades. Isso não significa que os cafeicultores deixaram de ter animais, mas que eles foram destinados ao consumo das famílias e, em menor escala, ao mercado. Os números do Censo de 1920 configuraram a existência de um processo análogo nas terras cambucienses. Apesar de o município ser o terceiro maior produtor do ERJ, o café chegou ao NOF décadas depois, aproximadamente no último quarto do século XIX. O número de matas existentes nas propriedades, a partir da Tabela 8, revela que ainda haveria áreas para expansão da produção, sem que isso comprometesse outras atividades.

Tabela 8 – Uso do solo nas propriedades no Noroeste Fluminense (1920).

Município	Total	Cultivadas		Matas		Outras	
	ha	ha	%	ha	%	ha	%
Cambuci	76.313	17.042	22	24.345	32	34.926	46
Itaocara	35.405	5.031	14	8.855	25	21.519	61
S. Pádua	65.234	41.657	64	13.708	21	9.869	15
Itaperuna	221.181	17.042	8	83.507	38	120.632	55
S. Fidélis	87.841	11.881	14	33.601	38	42.359	48
Campos	362.415	10.864	3	144.308	40	207.243	57

Fonte: BRASIL (1920).

Nesse ínterim, por conta dos objetivos deste artigo, torna-se mister o conhecimento dos terrenos destinados às pastagens. Ao contrário do que ocorreu na agricultura, os dados do Censo de 1920 não contabilizaram o quantitativo de terras destinado à criação de animais. Tentou-se, assim, ao menos, inferir esses números, por meio do cruzamento de outros dados presentes naquele documento, tais como as áreas: total das propriedades, de cultivo e de matas. Na Tabela 8, visualiza-se o resultado da soma desses dois

últimos dados que, subtraídos do quantitativo de território total das propriedades, permite, ao menos, presumir o montante de terras disponíveis a outras atividades.

Ainda que dentro da categoria "outras" certamente estivessem presentes áreas impróprias para o cultivo e pastagem — por conta do relevo, solo etc. —, os números ali listados, ao serem comparados com os dados da Tabela 7, possibilitam algumas considerações. Percebem-se, em alguns casos, relações diretas entre o número de animais de grande porte (bovinos, equinos, asnos/mulas) e o número das áreas não especificadas. O município de Campos, que possuía um rebanho de quase cem mil cabeças de grandes animais, tinha 57% do espaço das propriedades rurais dentro desse grupo. Levando em consideração a maior necessidade de pasto para essas criações, é bem provável que várias das porções territoriais fossem destinadas a elas. O mesmo se pode dizer de Pádua, que, com uma grande extensão cultivável e menor percentual de matas da região, precisava de pastagem para as cerca de quarenta mil cabeças ali existentes. Em escala menor, o mesmo fenômeno deve ter existido em São Fidélis e Itaperuna, que possuíam mais de quinze mil animais desses rebanhos. O número de pastios deve ter aumentado constantemente com o passar do século XX, quando a região se consolidava como grande produtora de leite e derivados (MARINHO, 2017).

Todos os dados demonstram mais uma vez que os municípios do NOF tinham, no período examinado, grande potencial para a expansão dos cultivos e das criações. Levando em consideração a discussão já feita sobre o manejo da época, o café ainda teria grande espaço de crescimento, por conta da existência de um grande percentual de matas. A exceção fica por conta de Pádua, onde as atividades agropecuárias estavam mais adiantadas, algo percebido pelo número de áreas cultiváveis e o percentual de matas existentes, na casa dos 20%. Para efeitos de comparação, Cantagalo, grande produtor no século XIX, detinha uma porcentagem ainda mais baixa (19%), o que consolida, novamente, a relação entre expansão agrícola monocultora e a diminuição das matas. Por fim, tomando como exemplo Cambuci, percebe-se que esse processo continuará em curso, já que, atualmente, nas propriedades rurais, o percentual de matas é ainda mais baixo. Ele diminuía ao longo das décadas, à medida que a rubiácea chegava ao seu auge.

Considerações finais

O atual NOF, constituído por treze municipalidades, em suma, é uma realidade de múltiplas atividades econômicas e de distintos agentes sociais, mas ainda, em grande medida, ligados ou subordinados ao setor agropecuário. Na maior parte do período colonial, a região foi habitada pela população indígena dos Coroados, Coropós e Puris, que viram seus territórios, ao longo do século XVIII, serem invadidos por fazendeiros e padres missionários. Em seguida, por localizar-se entre o litoral e o centro de exploração de minérios no

país, tornou-se refúgio temporário de viajantes e tropeiros, atores importantes na ocupação local. Entretanto, como se viu, foi a migração do capital agrário cafeeiro para essa porção do ERJ, na segunda metade do século XIX, que o transformou por completo, atraindo milhares de pessoas, dinamizando-o e o reconfigurando social e territorialmente.

Cambuci não fugiu ao processo e, como demonstrado, a expansão do café foi importante para a sua constituição como município — em um primeiro momento, em Monte Verde, e depois, na sua sede atual. Destacaram-se, também, as atividades canavieira e pecuária na configuração da nova realidade territorial. Elas estiveram presentes desde o início da freguesia e ocuparam parte das propriedades rurais, em 1920. A cana, que marcou a trajetória de Campos e de São Fidélis, ganhou novo impulso com o incentivo governamental e a criação dos Engenhos Centrais, em todo o NOF, como o de Pureza, área próxima a Cambuci. A pecuária de pequeno porte também se desenvolveu na municipalidade, que chegou a ter o terceiro maior rebanho suíno do ERJ. A proximidade de centros consumidores e a importância da banha em meados do século XX ajudam a explicar esse fenômeno. Contudo, os dados só são plenamente compreendidos ao se considerar a fase de expansão da produção cafeeira na localidade. A terceira posição ocupada na produção da rubiácea, em 1920, ainda não representava o momento de auge da cafeicultura na cidade. Havia matas e outras áreas para as quais aquele plantio poderia seguir e as terras destinadas aos porcos e à cana não inviabilizavam, na época, os cafezais. Doravante, o papel da ferrovia foi decisivo, pois proporcionou o aumento da circulação de mercadorias e de pessoas e, consequentemente, teceu a embrionária rede urbana em Cambuci e no NOF, o que acabou por fomentar uma maior simbiose entre produção, circulação e consumo.

Os solos degradados e a pouca vegetação são, hoje, características da paisagem de Cambuci e do NOF, herdados principalmente do avanço das atividades agropecuárias e das suas consequências socioeconômicas. O manejo utilizado pelos colonizadores levou à derrubada de matas e ao esgotamento do solo de várias porções do ERJ. Geralmente, após as monoculturas, as plantações davam origem às pastagens e depois às voçorocas. A bibliografia aqui considerada coloca o café como o principal responsável por essa situação, algo que também ocorreu na região analisada. É preciso lembrar que em Cambuci somente 15% do território é coberto por vegetação e que há também casos mais extremos, como os dos vizinhos Aperibé e Itaocara — respectivamente, 1% e 3% de mata preservada —, cujas economias possuem, ainda, forte vínculo com o mundo rural. Tendo em mente que, em 1920, as propriedades rurais cambucienses possuíam um percentual de mata acima de 30%, vê-se que a expansão da rubiácea fez com que o dano à natureza aumentasse nas décadas seguintes. De tal maneira, constata-se a necessidade de outros estudos que ajudem a dimensionar ainda mais o impacto ambiental das atividades agrárias desenvolvidas em outros períodos e que possam contribuir para a análise do cenário atual de Cambuci e do NOF.

Referências bibliográficas e fontes

Livros e artigos:

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. 'A evolução do espaço agrário fluminense'. **GEOgraphia**, ano 7, n.13, 2005, p. 49-70. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13501 >. Acesso em: 8 abr. 2020.

ALIMONDA, Héctor (Org.). **La naturaleza colonizada**. Ecología política y mineria en America Latina. Buenos Aires: Clasco, Ediciones Ciccus, 2011.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano:** economia, urbanização e economia. Goiânia: Editora UFG, 2013.
AZEVEDO, Almir Pinto de. **Cambuci – 200 anos**. Cambuci: Gráfica Nova Impressão, 2004.

CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Árvores do rei, floresta do povo: a instituição das 'madeiras de lei' no Rio de Janeiro e na ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial. **Luso-Brazilian Review**, v.4, n.2 (2007). p. 50-86.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier; PROVIN, Bruno Griebler; VALENTINI, Renan Pagamini. **Expedições**. **Teoria da História e Historiografia**. Ano 7 – n.2 – ago.-set. 2016, p. 119-140.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Ideias em ordenamento, cidades em formação:** a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico:** a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, José Luiz Vianna da. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. **Vértices**, v.9, n.1-3, jan.-dez. 2007. p. 43-50.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental:** os parques ambientais do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1997.

ERTHAL, Clélio. **Cantagalo:** da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói: Nitpress, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. 'Cafeicultura' In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 106-110.

FARIA. Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no período colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA. Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, v.26, 2018, p. 1-23.

FIRJAN/CIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA. **Estudo de viabilidade de um polo de fruticultura na Região Norte/Noroeste Fluminense**. Rio de Janeiro, 1988.

GOMES, Mauro Leão. **Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas de Cantagalo na Província do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA, 2004.

GUERRANTE, Cláudio. **Do Cambuci para Cambuci:** a história de um sobrenome italiano no estado do Rio de Janeiro. Cuiabá: Defanti, 2012.

IBGE. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1965.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca Geografia Brasileira. Rio de Janeiro: Edição da Divisão Cultural, 1963.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LIMA, JOSEMARA SALLES. **Pau Brasil:** os diferentes significados dos discursos para a sua conservação nos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Agricultura e Sociedade) – CPDA – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MACHADO, Marina. Almanak Laemmert. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). **Propriedades em disputa**: fontes para a história dos oitocentos. Guarapuava: Unicentro: Niterói, Eduff, 2011, p. 159-161.

MALHEIROS, Márcia. **Homens da fronteira**: índios e capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste do Paraíba ou Goytacazes – séculos XIII e XIX. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

MARINHO, Isis. Processo de regionalização do Noroeste Fluminense. **Revista Tamoios**. São Gonçalo (RJ), ano 13, n.2, p. 78-93, jul.-dez. 2017.

MARRETTO, Rodrigo Marins. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo**. **(1829-1873***)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2019.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

MAUAD, A. M. Imagem e autoimagem no Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.)**. História da vida privada no Brasil: Império**, **v**.2. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 181-232.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.11,n.26, jan.-abr. 2019, p. 229-254.

MURAT, Luciana; FISCHER, Georg. Escrevendo a História Ambiental da América Latina: processos de ocupação, exploração e apropriação da natureza (séculos XIX e XX). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.46, n.1, jan.-abr. 2020, p. 1-5.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. Tortuosos caminhos: obras públicas provinciais e o difícil escoamento das mercadorias de Cantagalo, Campos dos Goytacazes e Macaé para o Rio de Janeiro. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Orgs..) **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos Quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Terras, escravos, açúcar, café, ferrovias e bancos em Campos dos Goytacazes: o rol dos negócios de Saturnino Braga, no século XIX. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Orgs.) **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos Quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

SALLES, Ricardo. Café e escravidão. In: Schwartz, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.) **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Fontes:

ALMANAK LAEMMERT. **Edições de 1861-1888**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm.

BRASIL. **Censo de 1872**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>. Acesso em: 8 maio 2020.

BRASIL. **Censo de 1890**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225487>. Acesso em: 8 maio 2020.
BRASIL. **Censo de 1900**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225474>. Acesso em: 8 maio 2020.

BRASIL. **Censo de 1920**. Volume. IV (1ª parte. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26461>. Acesso em: 8 maio 2020 Acesso em: 8 maio 2020.

BRASIL. **Censo Agrícola de 1920**, Volumes I, II e III. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26456

BRASIL. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: https://Censos.ibge.gov.br/agro/2017/ >. Acesso em: 8 maio 2020.

IBGE. IBGE *Cidades*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/cambuci>. Acesso em: 8 maio 2020.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e >. Acesso em: 8 maio 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/ >. Acesso em: 8 maio 2020.

Projeto MapBiomas – **Coleção 4.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**, acessado em 16 de maio de 2020, através do link: https://mapbiomas.org/.

CAMBUCI. Câmara Municipal de. **Lei Orgânica Municipal**. Cambuci, 2009.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Gabriel Almeida Frazão
Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciências Sociais, CPDA/UFRRJ. Mestre em História Social, UFF. Professor de História do Instituto Federal Fluminense. Líder do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre as Ruralidades Fluminenses (NUPERF). Membro do INCT Proprietas.
E-mail: gabrielfrazao@yahoo.com.br
ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/9503504598523972
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7450-2810

Regis Rodrigues de Almeida
Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2011) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2014). Atualmente é professor do Instituto Federal Fluminense. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, metodologia no ensino de geografia, pedagogia, ensino de geografia e ensino de cidade.
E-mail: regis.almeida@iff.edu.br
ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/5840013202422810
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0105-7765